

O LUGAR DAS NOVAS ESCOLAS NAS CIDADES REPUBLICANAS

Prof. Ma. Ivanir Reis Neves Abreu

RESUMO

O edifício para a escola, construído pelo “Convênio Escolar”, na década de 50, em São Paulo, representou um momento singular para o urbanismo paulistano.

A escola pública, de acordo com o modelo escolanovista chega à periferia com o papel de ir muito além da sala de aula, transformando-se no único equipamento público a serviço da comunidade, seu teatro, sua biblioteca, suas salas de aula, integram-se às atividades cotidianas dos bairros paulistanos.

Os preparativos para as comemorações do IV Centenário, simbolizados pela construção do Parque do Ibirapuera elevam a cidade industrial à uma cidade multicultural e cosmopolita e conecta, através do Plano de Melhorias, os bairros periféricos à área central.

ABSTRACT

The school building, constructed by “Convênio Escolar” during 1950s, in São Paulo, represented an unique moment for São Paulo urbanization.

The public school, according to the New School Model movement, arrives to the suburbs with not only attending logical role and space, the classroom, but much further, becoming the only public equipment to the community service, its theatre, library and its classrooms connecting to the daily routine activities in the districts.

The preparation to the Celebration of 400th Anniversary, simbolized by Ibirapuera Park construction upgrades the industrial city to a multicultural and cosmopolitan city and connects, through the “Plano de Melhorias”(Improvement Plan), the suburbs to the central area.

INTRODUÇÃO

Este artigo é consequente da dissertação de mestrado intitulada “Convênio Escolar: utopia construída” apresentada, por mim, em 2007, para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

O recorte aqui apresentado trata de descrever o contexto urbano da cidade de São Paulo na década de 50, quando 52 escolas projetadas pelos arquitetos do “Convênio Escolar” foram construídas. Neste momento as escolas implantadas fora da área central representavam um momento de inclusão dos bairros periféricos nas preocupações das autoridades públicas, sobretudo referentes à questão da educação das crianças, filhas dos operários que habitavam estes bairros esquecidos.

A burguesia industrial entendeu que educar era também preparar o futuro trabalhador para a indústria paulista.

Desde 1934, sob a coordenação de Mário de Andrade, então Diretor do Departamento de Cultura e Recreação do Município de São Paulo, a cidade construiu os Parques Infantis, que complementavam as atividades da escola tradicional, com esportes, nutrição e atividades artísticas. Após o período das aulas tradicionais, estes equipamentos propagadores dos princípios pedagógicos escolanovistas, que apregoavam uma escola pública de qualidade para todos, abriram o caminho para que as escolas do “Convênio Escolar” apresentassem um novo modelo de escola pública de ensino integral.

O 2º Convênio Escolar (foram 3 os convênios assinados entre o Estado de São Paulo e o Município, uma vez que até então, cabia somente ao Estado a construção das escolas) caracterizou-se pela construção de edifícios de pequeno porte com, na maioria, 12 salas de aula, desta forma optou-se por formar, a partir dos edifícios escolares, pequenas comunidades de bairro, dentro de um raio de 1.500 m de abrangência, de modo a se distribuírem por todo o município paulistano.

Nos primeiros três meses de trabalho a Subcomissão de Planejamento deste 2º Convênio Escolar procurou fazer um levantamento detalhado da demanda das carências por salas de aula por toda a cidade, pois mesmo os escassos levantamentos estatísticos da época mostravam a calamitosa realidade existente. No entanto, por mais ágeis que fossem as respostas dessa Subcomissão o

crescimento da cidade e de sua população extrapolavam qualquer planejamento que se fizesse.

Os trabalhos da Comissão Executiva do 2º Convênio Escolar demonstraram, em cinco anos de atividades, um surpreendente resultado na construção de 52 edifícios escolares de 1949 a 1953.

Esse resultado é consequência de um processo que aplicou como princípio a produção em série de projetos, de acordo com o preconizado pela moderna arquitetura brasileira, nessa época reconhecida mundialmente, por revelar uma linguagem arquitetônica singular, relativa à produção mundial.

A escola de arquitetura carioca, consagrada através dos arquitetos Lúcio Costa, Oscar Niemayer, Eduardo Affonso Reidy, com sua gramática moderna, desenhos sinuosos permeados por espaços livres em continuidade aos espaços construídos aparece pela primeira vez na arquitetura pública paulista.

O arquiteto Hélio Duarte, que já havia trabalhado com o educador Anísio Teixeira em Salvador, foi escolhido para dirigir o Convênio Escolar trazia assim a experiência e os princípios na nova escola de pedagogia, arquitetura e pedagogia caminharam lado a lado na definição dos programas arquitetônicos dos novos edifícios escolares.

Integravam a equipe também os arquitetos Roberto Goulart Tibau e Eduardo Corona, tal qual Hélio Duarte, formados na Escola Nacional de Belas Artes do Rio, berço do movimento da moderna arquitetura brasileira, o engenheiro arquiteto Oswaldo Corrêa Gonçalves e o engenheiro Ernest Mange, ambos formados na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

EDIFÍCIOS ESCOLARES: DA PRIMEIRA REPÚBLICA AOS “CONVÊNIOS ESCOLARES”

“Se a República era o lugar do “homem novo”, tornava-se necessário repensar este ambiente, organizado, higienizado, ordenando o espaço físico da cidade e, por consequência, o espaço físico da escola. Os prédios escolares surgem, então, com uma finalidade específica, ou seja, o lugar onde se processa a formação do cidadão. ” (in Dórea, 2000, pág. 1)

Os edifícios escolares da Primeira República, 1889-1930, caracterizaram-se por serem simétricos, majestosos e ecléticos, imitações da arquitetura europeia sem qualquer alusão a uma identidade nacional, já urbanisticamente caracterizaram-se pela ocupação de espaços estratégicos nos centros urbanos, ao pretenderem mostrar o papel redentor que se atribuía à educação no regime republicano recém-implantado, desta forma, a igreja e o campanário, tradicionais das cidades coloniais, são substituídos, respectivamente, pelo edifício escolar e o mastro da bandeira nacional. Escolas públicas elitizadas, para poucos e escolhidos.

Com a modernização dos sistemas escolares, ocorrida a partir de 1930, no governo de Getúlio Vargas, no qual o educador Anísio Teixeira foi figura central, e, especificamente no Estado de São Paulo, a partir de 1936, com o trabalho da Comissão Permanente de Ensino, a escola pública passou a desempenhar um novo papel na formação dos cidadãos brasileiros ao estar ao alcance de um número muito maior de estudantes e a ocupar lugares que iam muito além de suas elitizadas áreas centrais, sua arquitetura rompe com a simetria e se implanta de acordo com a incidência solar, ergue-se do solo com os pilotis e passa a buscar uma linguagem sem adornos e desta forma começa a trilhar o percurso proto moderno conforme proposição do movimento Art Deco.

A centralidade física e a necessidade de destacar o edifício escolar no espaço urbano, através de sua monumentalidade, que caracterizou o edifício escolar na Primeira República não subsistiu à revisão do papel social da educação defendido pelos ideais pedagógicos escolanovistas, a partir da década de 30, e consolidados no final de década de 40 e início da década de 50: a centralidade física foi substituída por uma “centralidade” funcional, ou seja, uma vez que o edifício escolar passa a ser equipamento estruturador dos bairros periféricos, em consequência de um programa arquitetônico que se incrementou ao oferecer equipamentos urbanos como auditórios e bibliotecas, serviços de assistência social e de saúde, a localização e número destes novos edifícios passaram a ser estratégicos no intuito de atender a toda população, de acordo com os ideais genuinamente democráticos e republicanos.

Dessa maneira, os bairros passaram a organizar parte de seu cotidiano em função dos serviços oferecidos pelas modernas escolas construídas pelos arquitetos do “Convênio Escolar”, escolas implantadas de forma a relacionar os espaços internos aos externos, uma arquitetura de estrutura leve onde privilegiou-

se a convivência entre os alunos e a comunidade dos bairros nos quais se implantavam.

A funcionalidade social do edifício escolar, na década de 50, passou a definir uma nova “centralidade” para a escola, de monumental rende-se à escala da criança e se dilui no cotidiano dos bairros.

Essa mudança da função da escola dentro do espaço urbano, sua quantidade e porte ocorreram em decorrência das transformações pelas quais passaram os bairros, na cidade de São Paulo, a partir da década de 50, consequência do acelerado processo de descentralização espacial que começa a caracterizar as transformações urbanísticas da cidade, especialmente na proximidade de seu IV Centenário de fundação.

Este artigo pretende recuperar, a partir do “Plano de Melhoramentos Públicos” criado para as comemorações de aniversário de seu IV Centenário, a cronologia que levou o edifício escolar a rever o seu papel enquanto equipamento público, indo muito além da sala de aula e de suas localizações em bairros centrais.

A CIDADE DE SÃO PAULO “REAL” SE REVELA EM SUAS CONTRADIÇÕES NOS PREPARATIVOS PARA A COMEMORAÇÃO DO IV CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO

No período de 1951 a 1954, a cidade de São Paulo preparou-se oficialmente para a comemoração do IV Centenário de sua fundação. Seu caráter metropolitano e cosmopolita de maior Parque Industrial Latino-Americano cobrava-lhe uma tomada de posição quanto ao grave desequilíbrio social que se revelava na contramão de seu vertiginoso desenvolvimento econômico. Assim, para as comemorações do IV Centenário, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou em setembro de 1951, o Plano de Melhoramentos Públicos. O plano representou somente uma proposta de melhorias urbanas e não a proposição de um conjunto de ações que, planejadas ao longo do tempo, pudessem construir um plano urbanístico para a metrópole que se definia. O plano revelou-se, na prática, mais como um ajuste ou reorganização do cenário urbano que refletia de alguma maneira a sua realidade econômica.

Várias equipes constituíram-se para a viabilização desse plano, e merece destaque a equipe de planejamento liderada pelos arquitetos Eduardo Kneese de

Mello e Ícaro de Castro Mello que defenderam ser de fundamental importância a elaboração de um plano diretor que ordenasse o crescimento da cidade: as comemorações do IV Centenário deveriam ensejar a possibilidade de se planejar o futuro da cidade, contemplando seu equilíbrio social e econômico e, por isso, os arquitetos colocaram em discussão a necessidade de se frear o vertiginoso crescimento da capital paulista tendo em vista o grave desequilíbrio social sobre o qual ele se sedimentava.

Com as obras do Plano de Melhorias, a cidade, a partir de 1951, transformou-se em um gigantesco canteiro de obras como não se via desde o Plano de Prestes Maia de 1930. Obras de saneamento foram realizadas, através da construção de 18 galerias para escoamento das águas pluviais; pontes e viadutos foram construídos, como a estratégica ponte de acesso à Via Anhanguera; outras pontes de madeiras já existentes foram substituídas por estruturas mais modernas como a Ponte da Freguesia do Ó, Ponte do Limão, Ponte da Casa Verde, Ponte dos Remédios e Ponte Metálica da Armour.

“O Programa Quadrienal de Obras e Melhoramentos tinha também como meta a execução de avenidas cujos projetos datavam da década de 30. Com origem no “Plano de Avenidas”, algumas destas artérias foram reavaliadas pelo Departamento de Urbanismo que apenas atualizou as propostas elaboradas por Prestes Maia. Faziam ainda parte deste agrupamento de melhoramentos, a Avenida Leste (Radial Leste), a Avenida Anhangabaú-Tiradentes (Radial Norte), a Avenida Anhangabaú Superior (antiga Itororó e atual 23 de Maio), a Avenida Sumaré, a Avenida Água Funda, a Estrada de Santo Amaro e as Avenidas Marginais do Tietê no trecho Osasco e Guarulhos.”

(in Meyer, 1992, pág. 52)

Através de volumosas obras de infra-estrutura viária, a cidade conectava seu centro aos bairros distantes, que rapidamente se consolidavam. Reforça o caráter de descentralização contido no plano em relação ao seu centro histórico a construção do mercado distrital de Osasco (então pertencente ao município de São Paulo) e o mercado distrital do bairro da Lapa.

A área cultural foi, sem dúvida, uma das mais privilegiadas, com a construção (sob a responsabilidade e custeio da Prefeitura Municipal) do Parque do

Ibirapuera, onde a grande exposição do IV Centenário aconteceu. Cenário moderno, projetado por equipe liderada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, que em Pampulha, Belo Horizonte, já apontou o quanto uma obra moderna poderia transformar a identidade de uma cidade. O projeto e construção dos espaços livres do Parque do Ibirapuera, por sua vez, ficou sob a responsabilidade do chefe da Seção de Parques e Jardins do Município de São Paulo: Otávio Augusto Teixeira Mendes. Cogitou-se encomendar o projeto ao paisagista Burle Marx, no entanto, o trabalho e experiência de Teixeira Mendes na área de Parques e Jardins da cidade paulistana e a viabilidade econômica apresentada em sua proposta prevaleceram na escolha.

O projeto de Oscar Niemeyer trouxe para a cidade paulistana edifícios implantados a partir do desenho uma grande marquise em um sinuoso e moderno parque concebido para a “vida urbana da luz, do verde e do ar”, de acordo com o que havia de mais contemporâneo na arquitetura nacional. Dessa maneira, a burguesia industrial pretendeu registrar no espaço físico da cidade paulistana, em seu aniversário de 400 anos, a modernidade arquitetônica.

As propostas do Plano de Melhorias visaram a atenuar os efeitos de uma cidade que crescia sem qualquer planejamento e que, por consequência, gerou grandes vazios urbanos, privilegiando, através de seu especulativo mercado imobiliário, somente a região central e adjacências e deixando distantes os bairros proletários.

Conforme descreveu Luís Saia, a cidade de São Paulo, em 1954, havia crescido substancialmente: dos 130 km² em 1930, para uma área de 420 km², e esse crescimento deveu-se, em grande parte, à expansão do mercado imobiliário que, sem qualquer traço de planejamento urbano, resultou em loteamentos e bairros desconectados, carentes de serviços básicos e de infra-estrutura urbana. Saia também descreveu que o processo de industrialização, em substituição à economia monocultora do café, impulsionou esse crescimento e transformou a cidade em metrópole, ao conectá-la regionalmente às cidades do ABC, Guarulhos, São Miguel e Santo Amaro, que passaram a participar do mesmo processo de industrialização atendendo à diversificação da produção de manufaturas, característica da produção industrial.

Em sua tese de doutorado “Metrópole e Urbanismo – São Paulo Anos 50”, Regina Meyer ao descrever as conclusões de Luis Saia, reforça a tese de crescimento espacial horizontal metropolitano, através, também, das teorias de Langenbuch:

“Com base nos censos demográficos de 1940, 1950 e 1960 e com dados divididos por subdistritos e distritos, Langenbuch conclui que o aumento da população foi de 207%, e o que é essencial: o rebatimento espacial deste crescimento foi maior nos `arredores` do que na `cidade`. Segundo os dados apresentados, a `cidade` cresceu 171% e os `arredores` 364%. Langenbuch atesta assim a tese de que a intensa verticalização da área central da cidade, sem dúvida alguma uma das fortes características do período, é objetivamente menos intensa do que a vigorosa compactação horizontal periférica”

(in Meyer, 2002, pág. 15)

Langenbuch em sua teoria definiu dois períodos: o primeiro de 1915 a 1940, quando ocorreu a verdadeira metropolização, e um segundo, de 1940 a 1954. No primeiro período, Langenbuch descreveu um cenário urbano que vai além daquele verticalizado e concentrado em seu centro histórico e que se caracterizou por revelar a grande extensão horizontal de nossa cidade; o segundo período descrito caracterizou-se pela conexão regional, viabilizada pela construção de rodovias, de loteamentos e de conjuntos habitacionais modernos que se destacaram na paisagem por sua homogeneidade de tratamento.

No primeiro período (1915-1940), São Paulo passou a se caracterizar por um grande crescimento horizontal, através da construção dos novos loteamentos promovidos pela especulação imobiliária, que foram implantados sem conexão com os bairros já consolidados.

Dentro desse processo de crescimento horizontal desordenado, destacam-se duas modalidades de subúrbio:

1ª Modalidade (1915 a 1940) - subúrbios industrial-residenciais que, segundo a análise de Langenbuch, tiveram sua implantação condicionada ao trinômio: ferrovia, terrenos grandes, planos e baratos e água fluvial - os chamados subúrbios-estação;

2ª Modalidade (1940 a 1954) - subúrbios que surgiram em função de loteamentos conectados através de ônibus, que chegaram a esses novos bairros depois das

pessoas aí já terem se fixado possibilitando, dessa forma, seu acesso aos empregos na indústria e aos serviços urbanos essenciais.

Se a linha de trem costurou os bairros em linha, com a racionalidade dos trilhos, os ônibus possibilitaram a expansão da cidade por regiões totalmente desconectadas e, muitas vezes conectadas, somente com a lógica predatória da especulação da terra urbana.

No segundo período, a partir de 1940, a nova paisagem suburbana de São Paulo passou a ser construída ao longo das rodovias que, conectadas para o escoamento da produção industrial, costuraram o tecido regional.

“... Via Anchieta, Via Anhanguera e Via Dutra – como agentes do desenvolvimento suburbano, verdadeiros eixos em escala regional. Além de estimular o desenvolvimento suburbano em seus domínios, as auto-estradas se mostraram propícias à industrialização nas suas bordas, resultando em uma nova paisagem industrial. Implantadas em grandes áreas ajardinadas, as indústrias passam a explorar a visibilidade propiciada pela via. Um indiscutível caráter moderno marca a instalação destas indústrias.”

(in Meyer, 1991, pág. 15)

Outra paisagem que passou a caracterizar as áreas suburbanas foi a dos conjuntos habitacionais homogêneos, produzidos em escala industrial por iniciativa do Estado ou da iniciativa privada, repetem, no entanto, os mesmos problemas de falta de equipamentos urbanos dos demais subúrbios existentes.

Esta breve caracterização dos bairros da cidade de São Paulo e seu incipiente processo de urbanização, em resposta a um crescimento demográfico exponencial, provocado pelo vertiginoso desenvolvimento da indústria e sem a intervenção de qualquer órgão planejador do Estado, têm a intenção de ilustrar a dificuldade em planejar a construção de escolas em um território que se espalhava sem qualquer critério, nas décadas de 40 e 50. Atender à criança em um território tão disperso e heterogêneo e com o princípio de educar para “viver a cidade”, fizeram das escolas construídas na década de 50 pelo “2º Convênio Escolar” equipamentos essenciais na qualificação dos bairros suburbanos e, por decorrência, na vida de suas crianças.

A Comissão Executiva do “2º Convênio Escolar” iniciou, em 1949, seus trabalhos com uma científica e detalhada pesquisa, levando em conta o crescimento demográfico dos 41 distritos que compunham a cidade e a demanda por escola de cada um deles, a partir da população infantil existente em idade escolar, para promover visitas às áreas a serem atendidas e o levantamento dos problemas no próprio local.

As escolas do “Convênio” e seu princípio de educar cidadãos revelaram uma postura que se alinhava com os desejos da burguesia industrial que se consolidava, em substituição à sociedade agrária que dominou o cenário de São Paulo até o início da década de 30. A década de 40 mostrou-nos que o processo de construção de uma sociedade urbana já se apresentava irreversível na cidade paulistana.

Educar para viver na cidade, instruir para que o filho do trabalhador pudesse servir à indústria, e por conseqüência, usufruir de seus benefícios, era parte do ideal que alimentava os novos extratos sociais advindos do desenvolvimento de uma sociedade urbana e industrial.

A mudança da sociedade revelou-se, também, nos novos hábitos adquiridos e, por decorrência nas novas necessidades a serem atendidas. Assim, a educação e a cultura, o acesso à arte e ao cinema passou a fazer parte do cotidiano do cidadão paulistano.

OS NOVOS HÁBITOS CULTURAIS PAULISTANOS

Na década de 50, a cidade de São Paulo já ocupava lugar de destaque no cenário cultural nacional e internacional; um meio cultural urbano e cosmopolita que guardava, na complexidade de seu tecido social, diversas formas de representação cultural - se a geração modernista da década de 20 perseguia afirmar nossa identidade, através do nacionalismo, o “ser moderno” da década de 50 perseguiu o cosmopolitismo como uma forma de nossa inserção no mundo:

“A cidade dos italianos está definitivamente superada, a diversidade dos imigrantes justifica a observação de Oswald de Andrade de que São Paulo tornara-se naquele momento uma sociedade das nações urbanas. Entretanto, apesar desta transformação ter grande significado para a vida metropolitana, pois as

influências culturais se diversificaram enormemente, ela não era a responsável nem direta nem única do novo cosmopolitismo paulistano.

O cosmopolitismo dos anos 50 difere do anterior por não ser apenas a somatória de indivíduos estrangeiros presentes na sua população. Na sua nova acepção, o cosmopolitismo paulistano baseava-se em novos valores. Pertencer ao mundo, ser homem do mundo era então o ideal que se manifestava na sociedade paulistana da década de 50. O desenvolvimento industrial, a presença do capital estrangeiro, a modernização da vida cotidiana, criavam a expectativa de transformar esta aspiração em realidade palpável. ”

(in Meyer, 1992, págs. 48 e 49)

O espaço físico da cidade de São Paulo refletiu sua modernidade nos novos edifícios voltados à cultura. No final da década de 40, a cidade de São Paulo contava com dois museus – O Museu de Arte de São Paulo (MASP), fundado em 1947 por Assis Chateaubriand e Pietro Maria Bardi, e o Museu de Arte Moderna (MAM), criado em 1948 pelo industrial Francisco Matarazzo Sobrinho, no qual se instalou, em 1951, a 1ª Bienal Internacional de Artes Plásticas, contando com a participação de mais de 20 países e visitada por mais de 20.000 pessoas. A primeira televisão, a TV TUPI, foi ao ar em 1950 e anunciava a sociedade de massas que se consolidava.

Na década de 50, São Paulo já contava com 119 cinemas freqüentados por 35 milhões de espectadores ao ano (in Meyer, 1992, pág. 36). O circuito constituído pelas avenidas Ipiranga e São João e arredores formavam a Cinelândia paulistana, com cinemas que foram sendo construídos a partir da década de 30. Em 1936, foi inaugurado o Ufa-Palace, projeto do arquiteto Rino Levi com 3.139 lugares que, exemplar, foi adotado como modelo e fez de seu arquiteto referência no domínio da técnica para desenvolvimento de projetos de salas de projeção.

OS NOVOS HÁBITOS DE MORAR NA CIDADE PAULISTANA

A intensa verticalização da área central da cidade levou os paulistanos a adquirirem novos hábitos de moradia, morar na cidade passou a significar morar com densidade, ao menos para uma pequena parcela da população que podia usufruir de seu centro econômico e financeiro e dos bairros diretamente a ele relacionados.

Desde a década de 50, os condomínios verticais ofereciam na base de suas torres serviços de recreação e comércio, a partir de uma arquitetura comprometida com a moderna escola de arquitetura internacional.

Regina Meyer nos descreve, sucintamente, uma cronologia da produção de edifícios verticais para habitação, entre as décadas de 40 e 50:

“Ao abrir a década de 50 a cidade de São Paulo já contava com um número razoável de edifícios de apartamentos, cujas propostas arquitetônicas mostravam sintonia com a arquitetura erudita internacional e mais intensamente com o Movimento Moderno. Os mais representativos exemplos destes edifícios residenciais são, seguindo uma ordem cronológica: o edifício Columbus, projeto do escritório Rino Levi Arquitetos Associados, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, no ano de 1932; o edifício Esther, dos arquitetos Álvaro Vital Brasil e Adhemar Marinho, inaugurado em 1935 na Avenida Ipiranga; o Edifício Santarém, projeto de Henrique Mindlin, na Rua Barão de Campinas, do ano de 1940; o Edifício Anchieta, de 1941, projetado pelos irmãos Marcelo Roberto e Milton Roberto, situado na esquina da Av. Angélica com a Av. Paulista; o Edifício Louveira, projeto de Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi, situado na Praça Vilaboim, de 1946 e o Edifício Prudência, de 1948, projeto de escritório Rino Levi Arquitetos Associados, situado na Avenida Higienópolis.”

(in Regina Meyer, 1992, págs. 36 e 37)

Por outro lado, se os bairros centrais tinham garantidas as benesses de uma sociedade moderna, industrial e urbanizada, a maior parte do território do município representada pelos subúrbios de estação ou subúrbios de loteamentos ficaram à margem deste processo de modernização. Sua população amontoava-se, sem equipamentos ou infra-estrutura urbana, nos cortiços da periferia e nas casas auto-construídas.

A real situação destes bairros periféricos foi detalhadamente revelada somente com a contratação da Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS).

A SAGMACS E A REVELAÇÃO DA CIDADE REAL

Durante o Governo de Lucas Nogueira Garcez (1951 a 1953), a SAGMACS (Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais), fundada no Brasil, em 1948, pelo Padre Lebret, promoveu um estudo sobre a real situação territorial, econômica e social do Estado de São Paulo e, em 1956, a mesma SAGMACS foi contratada para elaborar uma pesquisa no município paulistano, visando analisar e diagnosticar detalhadamente a cidade de São Paulo, este estudo, em função de sua metodologia e caráter eminentemente humanista foi um marco na formação dos urbanistas paulistas.

Tratou-se de um estudo voltado ao planejamento e desenvolvimento equilibrado de todo o território municipal urbano, por isso humanista, visando planejar a distribuição de equipamentos urbanos para toda a população, por meio do conhecimento da cidade real, de suas carências e potencialidades. É através dessa postura no enfrentamento de seus desequilíbrios, que podemos identificar na história de nossa cidade um conjunto de profissionais que trabalharam na convergência de um projeto humanista, com a intenção de reduzir e denunciar as históricas desigualdades sociais da cidade de São Paulo.

As escolas propostas pelo “2º Convênio Escolar”, com seu programa arquitetônico abrangente, foram parte da resposta a este grave desequilíbrio, escolas como equipamentos urbanos que, além de educar para o ensino tradicional, extrapolaram, em seu espaço físico, para as possibilidades de encontro entre as pessoas, na discussão de seu cotidiano. O arquiteto Hélio Duarte, chefe da equipe de arquitetura do “Convênio Escolar”, na revista *habitat* nº 4, ao apresentar as primeiras escolas, confirma esta constatação:

“Por que não considerar em cada bairro – a escola, o grupo escolar, como fonte de energia educacional, como ponto de reunião social, como sede das sociedades amigos de bairro, como ponto focal de convergência dos interesses que mais de perto dizem com a vida laboriosa de suas populações?

Nela com o aproveitamento integral do prédio, em rodízio de um farto número de horas, poderíamos, a par da educação ministrada à noite a adultos, recrear e educar um grande número de pessoas.

A escola passaria a ser um verdadeiro cadinho do amálgama da nossa heterogênea população. Reuniões de pais, pequenos bailes, cursos para as mães e noivas, pequenas palestras, cinema e teatro educativos, biblioteca, audições de música, teatro de bonecos e jogos. Tudo aí poderia ser realizado. Forças centrípetas convergiriam para a escola e seriam as concorrentes da formação intelectual, social, e profissional dessas pequenas comunidades, onde depois de processadas passariam a ser as forças centrífugas - difusoras do conhecimento adquirido. “

A visão orgânica de cidade, apresentada pela SAGMACS é reforçada pela visão humanista esboçada pelo arquiteto Hélio Duarte em sua coordenação nos trabalhos do “Convênio Escolar”, sem que uma tenha servido diretamente para alimentar os ideais da outra, haja vista a diferença cronológica entre os dois. Na realidade, as duas atenderam à mesma “causa” social que caracterizou, de acordo com Anatole Kopp, o movimento genuinamente moderno: ambas as visões se moveram pelo sonho de uma sociedade humana e igualitária - a equipe liderada por Hélio Duarte, na escala do edifício que só se faz completo com a visão da cidade, e a SAGMACS, na escala da cidade que só se completa no pleno atendimento dos serviços de saúde, educação, justiça e infra-estrutura urbana de sua população.

A cidade, através do diagnóstico apresentado pela SAGMACS, revelou todas as suas faces, escancarando aquela da periferia improvisada para a moradia do trabalhador urbano, excluído que foi do espaço central da cidade paulistana. Nabil Bonduki, em seu livro “Origens da Habitação Social no Brasil”, aponta a situação que encontramos na periferia paulistana, no início da década de 50, e a consequência política desse abandono: terreno fértil para a demagogia populista. Podemos concluir que, junto à ideologia apregoada pelas escolas do “**Convênio Escolar**”, dentro de um processo de descentralização do poder pelo qual passava o país naquele momento, vimos o surgimento do populismo que se apossou dos ideais de cidade e transformou-os em peças de um jogo eleitoral e pseudo-democrático. Montou-se, assim, o campo de batalha entre os arquitetos, com sua técnica e seus projetos e o jogo demagógico dos políticos populistas. Podemos afirmar também que, apesar de não fazer parte do “Programa de Melhoramentos Públicos de 1951”, que teve na construção do Parque do

Ibirapuera sua maior expressão, o “Convênio Escolar” fez parte de um conjunto de intervenções na cidade paulistana na década de 50 que visava a “correr atrás” dos anos de desprezo relativos às questões sociais voltadas, especificamente, à carência de escolas e às primeiras considerações com os distantes bairros operários suburbanos.

CONCLUSÃO

As escolas projetadas e construídas durante o “Convênio Escolar”, dentro desse processo de descentralização da cidade em relação ao seu centro histórico, ganham definitivamente status de equipamento público educativo e cultural, referências urbanas na formação de cidadãos, equipamentos disponíveis, não somente aos estudantes matriculados, aos quais em um primeiro momento se destinava, mas também a seus pais e vizinhos que compartilhariam o mesmo espaço físico: nas reuniões de bairro que ocupariam as salas de aula em horários de ociosidade, alfabetização de adultos em cursos noturnos, uso de seus espaços livres para atividades físicas e recreativas, bibliotecas, salas de artes, museus de exposição e no uso do pátio coberto, equipado com palco para as mais diversas apresentações artísticas. Assim sua localização passa a ser estratégica nos bairros cujo intuito é o de cumprir sua função de equipamento público do cotidiano.

BIBLIOGRAFIA

AMADEI, José. 1951. “O Que é Convênio Escolar”. *Habitat*, São Paulo, (4): setembro/dezembro.

_____.1959. “Os problemas da escola” (Conferência pronunciada pelo engenheiro José Amadei, presidente do Convênio Escolar, no auditório da Biblioteca Municipal, em outubro de 1949). *Engenharia Municipal*, São Paulo(4): 7-9

_____. 1970. “Sobre Escolas...”. *Acrópole*, São Paulo, (377):10-13, setembro.

ANELLI, Renato. 2001. *“Rino Levi: arquitetura e cidade”*. São Paulo, Romano Guerra.

BARONE, Ana Claudia Castilho. 2002. *Team 10: arquitetura como crítica*. São Paulo, FAPESP / Annablume.

BO, Lina. 1951. *“Primeiro: Escolas”*, Habitat, São Paulo, (4), 1, setembro/dezembro.

BONDUKI, Nabil. 1998. *Origens da Habitação Social no Brasil*. São Paulo, Estação Liberdade/FAPESP.

BONDUKI, Nabil. 2000. *Affonso Eduardo Reidy*. São Paulo, Editorial Blau.

BRUAND, Yves. 1981. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo, Perspectiva.

BUFFA, Ester e PINTO, Gelson de Almeida. 2002. *Arquitetura e Educação: Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas, 1893/1971*. São Carlos, Edufscar.

CALDEIRA, Mário Henrique de Castro. 2006. *Arquitetura para educação: escolas públicas na cidade de São Paulo (1934-1962)*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

COMISSÃO do Convênio Escolar. 1951. *“As arquiteturas do Convênio Escolar”*. Habitat, São Paulo(4): 7-40, set.dez.

DEWEY, John. 1967. *Vida e educação*. São Paulo, Ed. Melhoramentos.

DUARTE, Hélio de Queiroz. 1965. *“Considerações em torno do problema escolar”*. Acrópole. São Paulo (314): 34-35, fevereiro

_____. 1956. *“Considerações sobre a arquitetura e educação”*. Acrópole. São Paulo (210):236-38, abril.

_____. 1971. *Escola Parque – Escola Classe*. São Paulo, FAUUSP.

FERREIRA, Avany de Francisco, CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão e MELLO, Mirela Geiger de. 1998. *Arquitetura Escolar Paulista: Restauro*. São Paulo, Fundação para o Desenvolvimento da Educação.

FERREIRA, Avany de Francisco, MELLO, Mirela Geiger de. 2006. *Arquitetura Escolar Paulista: anos 1950 e 1960*. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação.

FERRAZ, Marcelo. 1997. *Vilanova Artigas*. São Paulo, Instituto Lina Bo/ P.M. Bardi/ Fundação Artigas.

KOPP, Anatole. 1990. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo, Nobel/ Edusp.

_____. 1986/87. "Modernismo Hoje". *AU (Arquitetura e Urbanismo)*. São Paulo, dezembro/ janeiro .

LIBÂNEO, Maria Lúcia Leonardi. 1989. *A Invenção da Cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LIMA, Mayumi Watanabe de Souza. 1989. *A cidade e a criança*. São Paulo, Studio Nobel.

_____. 1995. *Arquitetura e educação*. São Paulo, Studio Nobel.

_____. 1979. "A criança e a percepção do espaço". *Cadernos de pesquisa.FCC*. São Paulo, (31) , 73-80, outubro/novembro.

MANGE, Ernest Robert de Carvalho. 1955. "Arquitetura Escolar". *Acrópole*. São Paulo (197), 211-213, março.

MASCARENHAS, Marisa Pulice. 2005. *Os Centros Educacionais Unificados da Cidade de São Paulo*, Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

MASCARO, Carlos Corrêa. 1960. *O Município de São Paulo e o Ensino Primário (ensaio de Administração Escolar)*. Livre-Docência, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. 2002. *Parques infantis de São Paulo: lazer como expressão de cidadania*. São Paulo, Anablume/ FAPESP.

MEYER, Regina Maria Proserpi. 1991. *Metrópole e Urbanismo, São Paulo Anos 50*. São Paulo, Tese de doutoramento, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Beatriz Santos de. 1991. *A modernidade oficial: A arquitetura das escolas públicas do distrito federal (1928-1940)*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. 1997. *Modernizada ou moderna? A arquitetura em São Paulo, 1938-45*. Tese de doutoramento. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

ROLNIK, Raquel.1997. *A Cidade e a Lei: legislação , política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo, Studio Nobel/FAPESP.

São Paulo (estado). 1936. Directoria de Ensino e Directoria de Obras Públicas. *Novos Prédios para Grupo Escolar*. Secretaria dos Negócios da educação e Saúde/ Directoria de Ensino.

São Paulo (estado). 1920. *Projetos de Grupos, Escolas Reunidas e Rurais* São Paulo: Serviço Sanitário do Estado de São Paulo.

SEGAWA, Hugo. 1986. "Arquiteturas escolares". *Projeto*, São Paulo (87), 64-65, maio .

_____. 1987. "Disseminando a linguagem arquitetônica carioca em São Paulo". *Projeto*, São Paulo (105), 143.

_____. 1990. "Hélio Duarte (1906 – 1989): moderno e peregrino". *Projeto*, São Paulo, (131), 51, maio .

_____. 1999. *Arquiteturas no Brasil: 1900 – 1990*. São Paulo, Edusp.

SOMEKH, Nádia. 1997. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador: São Paulo 1920-1939*. São Paulo, Studio Nobel/ EDUSP/ FAPESP.

SOMEKH, Nádia, CAMPOS, Candido Malta. 2002. *A cidade que não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no século XX*. São Paulo, Mackpesquisa.

SILVEIRA, José. "O admirável (e quixotesco) Hélio Duarte". *Projeto*, São Paulo, (131), 32, maio.

TEIXEIRA, Anísio. 1957. *Educar não é privilégio*. Rio de Janeiro, José Olimpio.

WOLF, Silvia Ferreira Santos. 1992. *Espaço e educação: os primeiros passos das escolas públicas paulistas*. São Paulo, Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.